



Prémio de Ensaio Filosófico *Vasco de Magalhães-Vilhena*

Resumos

Pedro Madeira, *Será Possível Ser Eticamente Imparcial?*

Na Introdução, defende-se que a questão proposta, *Será que é possível ser eticamente imparcial?*, é passível de pelo menos três interpretações, sendo que uma delas não é interessante. De acordo com uma das duas interpretações interessantes, o que se quer saber é se a natureza do mundo é tal, que não pode haver comportamentos imparciais. De acordo com a outra interpretação interessante, o que se quer saber é se a imparcialidade é uma coisa boa, em termos morais. Na segunda secção deste ensaio, defender-se-á uma teoria da imparcialidade. No decorrer dessa secção, argumentar-se-á que a exigência de imparcialidade é bastante mais formal do que tradicionalmente se pensa, e que há que ter o cuidado de separar imparcialidade e justiça. No final dessa secção, analisar-se-á o principal argumento a favor da posição de que a natureza do mundo é tal, que não pode haver comportamentos imparciais. Esse argumento será refutado. Na terceira secção deste ensaio, usando as conclusões da segunda secção, argumentar-se-á que, dada a natureza formal da exigência de imparcialidade, é impossível responder genericamente à questão de saber se a imparcialidade é uma coisa boa, em termos morais. Nalguns casos é boa – noutros, não. Defender-se-á, ainda, que a verdadeira questão que emerge é a de saber que tipo de teorias normativas estão correctas: as consequencialistas, ou as não-consequencialistas.

* * *

Ana Leonor Serra Morais Santos, *Investigação Acerca da Possibilidade de Ser Eticamente Imparcial*

Perguntar pela possibilidade da *imparcialidade ética* é perguntar pelo lugar da neutralidade no mundo da *praxis*, pela realidade da justiça e pela erradicação das emoções e paixões das escolhas realizadas e das avaliações aos outros dirigidas, sendo que estas três derivações da referida imparcialidade convergem em direcção ao mesmo ponto de fuga.

A relevância de tal problemática—manifestada também pela perenidade da questão—, decorre, em parte, da sua transversalidade e do espectro alargado de consequências resultantes da resposta que para a mesma for encontrada, a par da urgência de repensar nas sociedades hodiernas figuras como as da imputabilidade, da culpabilização ou do elogio, urgência que resulta, por seu turno, num apelo à reflexão em torno da questão que aqui nos ocupa.

Neste sentido, é nosso objectivo apresentar um conjunto de argumentos sustentador de uma resposta clara à pergunta colocada, de modo a oferecer razões que suportem a tese da impossibilidade de ser eticamente imparcial, permitindo, contudo, manter a confiança na ética e no papel que lhe é reconhecido, tanto na vida privada quanto na esfera pública.

Não sendo o posicionamento mais popular, a negação da possibilidade da imparcialidade ética parece-nos impor-se, ao arrepio da vulgarização da concepção de homem como “animal racional”. Tal definição, derivada de uma formulação aristotélica, ainda que desvirtuada por relação ao original, foi aquela que mais vingou, talvez porque reveladora de um constructo criado à imagem e semelhança dos desejos do próprio homem. O agrado com que a veiculamos e a atenção prestada ao que nela pretende ser revelador da nossa diferença específica funcionam como mote disseminador da afirmação do *logos*, cuja associação mais imediata à razão, aniquiladora da polissemia do conceito, permite encarar com naturalidade o esquecimento, e até o constrangimento, de outros elementos constituintes da vida humana, o que, no domínio da ética, significa afirmar o que há de universal no homem e julgado mais valioso, leia-se prestigiante, como condição primeira e última da eticidade, porque garante de imparcialidade.

Do exposto, facilmente se reconhece o necessário envolvimento da filosofia kantiana no tratamento da problemática em causa; menos óbvia, porém igualmente incontornável na sua referência, é a ética aristotélica, cujo contraponto ao ideal kantiano de imparcialidade nos permitirá uma abordagem integrante da clássica tipologia ética, permitindo o confronto entre dois paradigmas das éticas teleológicas e deontológicas, nesta como noutras questões situadas em pólos opostos.

* * *

Manuel Barradas Teles da Silva,

No Limiar da Imparcialidade: Uma Prossecução da Teoria Axiológica de Tom Regan

Na tentativa de assinalar o limiar do nosso horizonte de consideração ética, o presente estudo debruça-se sobre a noção de imparcialidade avançada pelo filósofo contemporâneo Tom Regan, uma das figuras de proa da recém-formada Ética Animal, provavelmente a área da filosofia que nas últimas décadas mais tem contribuído para o aprofundamento deste tema.

Divido assim este estudo em dois momentos essenciais. No primeiro momento, pretendo analisar o modo como Regan procede à crítica e *necessária superação* de uma ideia central à ética kantiana: a ideia de que certos seres existem como «fins em si mesmos» – ou, na terminologia reganiana, a ideia de que certos seres possuem «valor inerente». Com a criação desse novo conceito axiológico, Regan dá seguimento a uma importante reivindicação moral assumida pelos utilitaristas: o alargamento *imparcial* da classe dos seres eticamente relevantes – dos seres *semelhantes* de um ponto de vista moral – à classe dos seres que podem ser *afectados* pelas acções morais de outros. Este esforço de complementarização entre o utilitarismo e a deontologia kantiana revela, a meu ver, um extraordinário sentido de oportunidade, já que permite, com um golpe apenas, corrigir graves falhas perpetradas por essas e outras teorias alternativas.

Num segundo momento, tenciono mensurar o alcance do conceito de valor inerente no âmbito da Ética Ambiental, uma área pela qual Regan se interessou inicialmente, mas que preteriu para se dedicar em exclusivo aos problemas relacionados com o estatuto e tratamento moral dos animais. *Em acréscimo* ao que é admitido pela teoria reganiana, tento mostrar que muitas das considerações tecidas em torno da noção de valor inerente, tal como essa noção é aplicada a apenas alguns humanos e animais não-humanos (aos *sujeitos-de-uma-vida*, indivíduos detentores de capacidades psicofísicas sofisticadas), podem plausivelmente estender frutuosas ramificações ao plano da Ética Ambiental e reportarem-se também aos demais seres vivos, conscientes ou não-conscientes. De tal modo que, se optarmos por alargar até às últimas consequências a esfera da ética, devemos reconhecer a obrigação de respeitar imparcialmente *todos* esses seres: todos aqueles que Regan garante possuírem valor inerente, e todos os seres vivos conscientes e não-conscientes. Tal implica fazer alguns ajustes à posição axiológica de Regan; mas estes são, julgo eu, ajustes possíveis se queremos avançar um passo mais na direcção que o autor aponta como a única direcção viável para o desenvolvimento de uma *verdadeira* ética do ambiente.